



**19 DE MAIO DE 2015**

**Terça-feira**

- VOLVO MELHORA PROPOSTA, MAS "CHÃO DE FÁBRICA" DECIDE MANTER GREVE
- FABRICANTES DE PNEUS CORTAM PRODUÇÃO
- MUDANÇA NO FATOR AMEAÇA AUMENTAR ROMBO DO INSS
- FABRICANTES DE PNEUS PODEM CORTAR PRODUÇÃO APÓS QUEDA NA VENDA DE VEÍCULOS
- MERCEDES PARALISARÁ PRODUÇÃO POR 15 DIAS EM SÃO BERNARDO A PARTIR DE JUNHO
- TOYOTA FAZ RECALL DE 112,9 MIL UNIDADES POR DEFEITO NO AIRBAG
- A CRISE DA INDÚSTRIA SE APROFUNDA E SE GENERALIZA
- ANFAVEA DEFENDE "SEGURO EMPREGO" E REGULAMENTAÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO
- AUTOPEÇAS TÊM POUCAS SAÍDAS PARA MANTER EMPREGOS
- 61% DAS EMPRESAS NÃO ESTÃO PRONTAS PARA O eSOCIAL
- NISSAN MANTÉM TURNO ÚNICO EM RESENDE
- ROLLS-ROYCE VAI DEMITIR 600 EM SEU NEGÓCIO NAVAL
- BRASIL E CHINA ASSINARÃO ACORDOS DE INVESTIMENTO DE US\$ 53 BILHÕES
- MONITORAMENTO DE CARGAS DEVE SER TRIBUTADO PELO ISS
- "EU MESMO NÃO SEI O QUE É ATIVIDADE FIM E ATIVIDADE MEIO", DIZ MINISTRO DO TRABALHO"
- EMPREGO INDUSTRIAL CAI 0,6% EM MARÇO, DIZ IBGE
- IGP-M DESACELERA ALTA A 0,41% NA 2ª PRÉVIA DE MAIO
- LÍDERES GOVERNISTAS ESTABELECEM ESTRATÉGIA SOBRE MP 664
- USIMINAS REDUZIRÁ PRODUÇÃO DE FERRO PARA SE ADEQUAR À DEMANDA DO MERCADO

- ALTA DE ESTOQUES NA CHINA LEVA MINÉRIO DE FERRO A US\$ 59
- INÉRCIA NA INDÚSTRIA MINERADORA NO BRASIL
- DESMEMBRADA DA BHP, SOUTH32 TEM ESTREIA CAUTELOSA E É AVALIADA EM US\$9 BI
- MONTADORAS PROGRAMAM PARADAS DE JUNHO
- USIMINAS DESLIGA TEMPORARIAMENTE ALTO FORNOS EM CUBATÃO E IPATINGA
- ESTUDO MOSTRA QUE INADIMPLÊNCIA DE EMPRESAS SUBIU 7,46% EM UM ANO

CÂMBIO Em 19/05/2015		
	Compra	Venda
Dólar		
Euro		

Fonte: BACEN

### Volvo melhora proposta, mas "chão de fábrica" decide manter greve

19/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Os metalúrgicos da Volvo em Curitiba rejeitaram nesta segunda-feira (18) uma nova proposta da empresa para pôr fim à paralisação na fábrica, que já dura sete dias. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba e região, foram realizadas duas votações secretas.

Uma foi feita pelos funcionários sindicalizados que trabalham na linha de produção, o popular chão de fábrica, em que os trabalhadores aprovaram a manutenção da greve por 841 votos contra 705.

Na outra, os trabalhadores não-associados, em sua maioria administrativos, aprovaram a proposta por 1.015 contra 348 e decidiram entrar para trabalhar. Uma nova assembleia acontecerá nesta terça (19), às 7 horas.

A nova proposta da empresa, segundo o sindicato, previa: lay-off (suspensão provisória do contrato de trabalho) de sete meses, sendo cinco em regime normal (onde os trabalhadores recebem seguro-desemprego e a complementação salarial da empresa) e dois com a Volvo assumindo a integralidade do salário; Plano de Demissão Voluntária (PDV), com pagamento de salários e mais os direitos trabalhistas previstos até 15 de dezembro de 2015, mais um pacote de um a quatro salários de acordo com o tempo de empresa, mais a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 2015; manutenção do PLR referencial de R\$ 30 mil, levando em conta o mesmo volume de produção de 2014, mas

sem os limitadores mínimos. A primeira parcela seria de R\$ 5 mil, para pagamento em junho; reajuste salarial sem ganho real, com base apenas no INPC; e compensação dos dias parados na greve através do banco de horas.

### **Sindicato**

Em nota, o presidente do SMC, Sérgio Butka, reconheceu que houve avanços na nova proposta, como a inclusão do PDV, uma reivindicação do sindicato, mas defendeu que a proposta claramente não agradou a maioria dos metalúrgicos.

“Os trabalhadores do chão de fábrica estão coesos e conscientes da importância da mobilização, da unidade e da possibilidade de uma proposta que realmente os satisfaça. Continuamos abertos para, através do diálogo e da negociação, construirmos uma alternativa para o chão de fábrica, que é quem pode estar perdendo o emprego em dezembro”, afirmou.

A fábrica da Volvo, situada na Cidade Industrial de Curitiba, emprega cerca de 4 mil trabalhadores e tem capacidade de produção diária de 80 caminhões pesados, 44 médios e oito ônibus.

### **Fabricantes de pneus cortam produção**

19/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A forte queda na venda de veículos novos no Brasil começou a afetar mais intensamente integrantes da cadeia produtiva da indústria automobilística brasileira. Duas grandes fabricantes de pneus no Brasil, a Bridgestone e a Michelin, estão avaliando medidas de corte da produção por meio de afastamento de trabalhadores.

Elas se juntarão à Pirelli, que possui aproximadamente 1,5 mil funcionários em lay-off (suspensão temporária dos contratos) nas quatro fábricas que tem país.

Segundo o presidente do Sindicato dos Borracheiros da Grande São Paulo e Região, Márcio Ferreira, a Bridgestone informou, na semana passada, que pretende até julho dar férias coletivas aos trabalhadores na fábrica de Santo André (SP).

O número de funcionários que poderão ser afastados temporariamente, no entanto, ainda não foi definido pela empresa.

De acordo com a companhia, as medidas estão sendo estudadas para as quatro fábricas no país: Santo André, Camaçari (BA), Campinas (SP) e Mafra (SC), nas quais trabalham cerca de 3,7 mil pessoas ao todo.

Já a Michelin informou ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha e Afins (Stiaberj) que tem a intenção de adotar alguma medida de corte de produção a partir de junho na fábrica em Itatiaia (RJ).

Em nota, a empresa afirmou que vai adaptar a produção à demanda do mercado com “eventuais paradas” na fabricação de pneus para ônibus e caminhões “ao longo das próximas semanas”.

No início de maio, a Pirelli colocou 1,5 mil trabalhadores em lay-off por cinco meses nas fábricas de Santo André (SP), Campinas (SP), Gravataí (RS) e Feira de Santana (BA). O número equivale a 12,5% de toda a mão de obra da fabricante de pneus.

**21,5%**

Foi a queda a queda nas vendas de pneus às montadoras de veículos entre janeiro e abril deste ano em relação a igual período de 2014, segundo a Associação Nacional da Indústria de Pneus (Anip). Já as exportações de pneus acumulam recuo de 13,5% no período.

Apenas o mercado de reposição como um todo se manteve em alta (10,9%), aliviando o desempenho de vendas totais de pneus das associadas da Anip, que acumulam queda de 2% na mesma base de comparação.

### **Mudança no fator ameaça aumentar rombo do INSS**

19/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A mudança do fator previdenciário, votada pela Câmara Federal na semana passada, vai impactar significativamente o caixa da Previdência – que já é deficitário – e ameaça dobrar o rombo em até 30 anos. Especialistas estimam que alteração pode onerar as contas do INSS em cerca de 1% do Produto Interno Bruto (PIB).

#### [INFOGRÁFICO: Veja e evolução do rombo da Previdência Social](#)

A mudança beneficia quem começou a trabalhar mais cedo. No médio prazo, a mudança tende a ampliar o rombo da Previdência, que já é crescente e era amenizada pelo fator previdenciário.

Em curto prazo, a mudança no fator representa uma ligeira contribuição ao ajuste fiscal, já que estimula um atraso de dois a três anos nos novos pedidos de aposentadoria pelo benefício integral, mas o maior impacto recairá sobre os próximos governos.

Juntamente com a Medida Provisória (MP) 664, a emenda que aprovou a instituição da fórmula 85/95 para as novas aposentadorias chegou ao Senado na segunda-feira (18) e deverá passar pela Casa com facilidade.

Nas contas do economista Mansueto Almeida, especialista em contas públicas, a medida deve gerar um aumento médio de 25% nos custos do INSS até 2040. "Cálculos da própria Previdência mostram que a tendência é que daqui a 25 anos o gasto com o INSS seja, sem a mudança no fator, de 10,2% do PIB. Agora estimo que pode chegar a 11%", diz.

Almeida aposta que, para equilibrar a perda, o governo deverá aumentar ainda mais a carga tributária. No último sábado (16), o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, defendeu publicamente que a "alternativa" aos aumentos de gastos como a flexibilização do fator previdenciário seria o aumento de impostos.

"Toda a vez que se cria um gasto novo obviamente está se contratando novos impostos", disse ele, durante evento em Florianópolis.

Fábio Klein, analista de finanças públicas da Tendências Consultoria, estima que o impacto orçamentário da nova proposta será de R\$ 18,1 bilhões em 2021, chegando a R\$ 1,6 trilhão em 30 anos.

"Isso equivale a uma média anual de R\$ 53,4 bilhões, ou 0,9% do PIB. O déficit da previdência atualmente é de 1% do PIB. Em outras palavras, com o modelo 85/95, o rombo da previdência irá dobrar nos próximos anos", diz.

O economista Raul Velloso faz uma avaliação menos pessimista da medida. "Acho que devemos ir com calma. A aprovação não é um prejuízo como estão falando. O maior problema é o mercado entender isso como uma derrota do ajuste fiscal e diminuir o grau de investimento do país", diz.

Se passar pelo Senado, a emenda ainda pode ser vetada pela presidente Dilma Rousseff, mas o veto também pode ser derrubado pelos deputados, o que aumentaria ainda mais o desgaste político do Planalto.

### **No vermelho**

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016, enviado no mês passado pelo governo ao Congresso, já mostra que o déficit do INSS – estimado em R\$ 66,7 bilhões para 2015 – deve avançar mesmo sem considerar a mudança no fator previdenciário.

Em 2040, o valor que o governo deve tirar do Tesouro para pagar os aposentados chega a R\$ 1,04 trilhão em 2040 e atinge R\$ 7,21 trilhões em 2060.

Este ano, o déficit representa 1,14% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2040, esse índice sobe para 3,52% e, em 2060, o déficit custará o equivalente a 9,24% do PIB, estimado em R\$ 78 trilhões. O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país.

### **Desaposentação é outra "pedra no sapato"**

Outra questão que pode prejudicar ainda mais o caixa da Previdência está parada no Supremo Tribunal Federal (STF), mas deve ser retomado ainda este ano.

A chamada "desaposentadoria" deve definir se os aposentados que continuarem a trabalhar poderão trocar seu benefício por outro mais vantajoso se assim quiserem.

Como não existe jurisprudência sobre o tema, caso o aposentado ativo queira mudar a aposentadoria, pode pleiteá-la por meio da Justiça.

A matéria que tramita no STF já foi suspensa quatro vezes. A última ocorreu no final de outubro, depois de um pedido de vista pela ministra Rosa Weber. Até agora quatro ministros já votaram: dois contra a desaposentação (Teori Zavascki e Dias Toffoli) e dois a favor (Marco Aurélio Mello e Luís Roberto Barroso).

Em caso de decisão pela constitucionalidade da desaposentação pelo STF, o impacto nas contas públicas pode chegar a cerca de R\$ 70 bilhões.

Dados da Advocacia-Geral da União (AGU) mostram que hoje cerca de 480 mil aposentados estão na ativa, contribuindo novamente com a Previdência.

### **APOSENTADORIA**

Veja o que muda com a alteração nas regras do fator previdenciário:

#### **Como é hoje**

O valor do benefício é calculado a partir de uma fórmula que leva em consideração idade, tempo de contribuição, expectativa de vida da população e um multiplicador.

Na prática, o fator previdenciário faz com que quanto mais jovem o trabalhador se aposenta, menos ele recebe de benefício.

Ele prejudica quem começou a trabalhar mais cedo e dificulta o acesso ao benefício da aposentadoria integral.

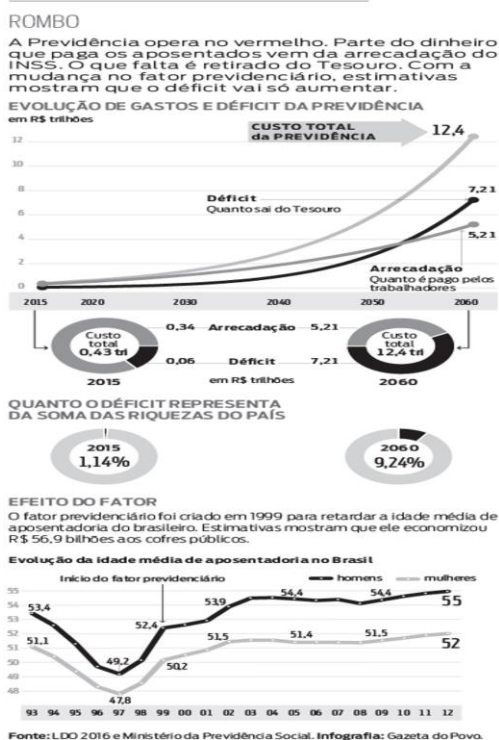
O fator foi criado em 1999, no governo FHC, para frear as despesas da Previdência e retardar as aposentadorias.

Desde que começou a ser aplicado, o fator previdenciário permitiu uma economia de R\$ 56,9 bilhões aos cofres públicos.

## Como vai ficar

Fica valendo a fórmula 85/95, que estabelece que o trabalhador receberá o benefício integral quando a soma da sua idade com o tempo de contribuição resultar em 85 para mulheres e 95 para homens.

O tempo mínimo de contribuição para os homens fica em 35 anos e em 30 para mulheres. Se o trabalhador decidir se aposentar antes, o benefício continua reduzido pelo fator previdenciário.



## Fabricantes de pneus podem cortar produção após queda na venda de veículos

19/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A forte queda na venda de veículos novos no país começou a afetar mais intensamente integrantes da cadeia produtiva da indústria automobilística brasileira. Duas grandes fabricantes de pneus no Brasil, a Bridgestone e a Michelin, estão avaliando medidas de corte da produção por meio de afastamento de trabalhadores.

Elas se juntarão à Pirelli, que possui aproximadamente 1,5 mil funcionários em lay-off (suspensão temporária dos contratos) nas quatro fábricas que tem país.

Segundo o presidente do Sindicato dos Borracheiros da Grande São Paulo e Região, Márcio Ferreira, a Bridgestone informou, na semana passada, que pretende até julho dar férias coletivas aos trabalhadores na fábrica de Santo André, no ABC paulista.

O número de funcionários que poderão ser afastados temporariamente, no entanto, ainda não foi definido pela empresa. "Estamos acompanhando para saber quantas pessoas vão sair nessas férias. Acho que a empresa está esperando ver a situação do mercado para tomar uma decisão", disse.

A Bridgestone afirmou que ainda avalia "as medidas mais adequadas para enfrentar a queda relevante nas vendas", diante do cenário de crise pela qual passa o setor automotivo em geral. "Assim que tivermos as definições, informaremos todas as partes envolvidas", disse a empresa em nota.

De acordo com a companhia, as medidas estão sendo estudadas para as quatro fábricas no País – Santo André, Camaçari (BA), Campinas (SP) e Mafra (SC) –, nas quais trabalham cerca de 3,7 mil pessoas ao todo.

### **Rio de Janeiro**

A Michelin também informou ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha e Afins (Stiaberj) que tem a intenção de adotar alguma medida de corte de produção a partir de junho na fábrica em Itatiaia (RJ).

Mas, segundo o presidente do sindicato, André Luiz da Silva Rocha, nenhuma ação concreta foi anunciada até agora. "Alguma coisa vai ter, mas o procedimento ainda não se sabe nem quais setores vão parar", comentou. "Ficaram de marcar uma reunião com o sindicato até o início de junho."

Em nota, a Michelin afirmou que vai adaptar a produção à demanda do mercado com "eventuais paradas" na fabricação de pneus para ônibus e caminhões "ao longo das próximas semanas".

A empresa destacou que a desaceleração da economia brasileira está afetando o mercado automotivo e, conseqüentemente, o de pneus, "sobretudo os pneus para caminhões e ônibus".

"A Michelin está atenta aos movimentos de mercado, estudando sempre as melhores alternativas para a empresa e seus funcionários", declarou.

No início de maio, a Pirelli colocou 1,5 mil trabalhadores em lay-off por cinco meses nas fábricas de Santo André, Campinas, Gravataí (RS) e Feira de Santana (BA). O número equivale a 12,5% de toda a mão de obra da fabricante de pneus.

A empresa justificou a medida alegando a queda das vendas de automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus novos no país, que acumulam recuo de 19,6% neste ano até a primeira quinzena de maio, em relação a igual período de 2014.

### **Venda às montadoras**

A queda nos emplacamentos de veículos tem se refletido diretamente nas vendas de pneus às montadoras, que de janeiro a abril caíram 21,5% em relação a igual período de 2014, de acordo com números da Associação Nacional da Indústria de Pneus (Anip).

Já as exportações de pneus acumulam recuo de 13,5% no período. Apenas o mercado de reposição como um todo se manteve em alta (10,9%), aliviando o desempenho de vendas totais de pneus das associadas da Anip, que acumulam queda de apenas 2% na mesma base de comparação.

## **Mercedes paralisará produção por 15 dias em São Bernardo a partir de junho**

19/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A Mercedes-Benz vai conceder, a partir de 1º de junho, por 15 dias, férias coletivas a todos os funcionários da linha de produção da fábrica de São Bernardo do Campo (SP), informou nesta segunda-feira (18) o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

De acordo com a entidade, a montadora comunicou a decisão aos trabalhadores na última sexta-feira (15).

A empresa confirmou o anúncio e explicou que a medida faz parte do processo de ajuste da produção à forte retração na venda de veículos.

Na fábrica de São Bernardo, a Mercedes já tem 750 metalúrgicos em lay-off (suspensão temporária dos contratos) desde maio do ano passado.

Em abril, a empresa chegou a anunciar a demissão de 500 desses trabalhadores, alegando ter um excedente de 1,2 mil pessoas na unidade, mas recuou após greve dos funcionários.

### ***Retração***

Em nota, a montadora destacou que, há mais de um ano, vem buscando com o sindicato gerenciar o excesso de pessoas na fábrica de São Bernardo, em razão da forte queda de vendas de veículos no mercado brasileiro.

Para isso, diz que já adotou diversas medidas, como semanas curtas de trabalho, férias coletivas, licenças remuneradas e lay-off com 100% dos custos assumidos pela empresa, além de vários Programas de Demissão Voluntária (PDVs).

## **Toyota faz recall de 112,9 mil unidades por defeito no airbag**

19/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



A Toyota do Brasil anunciou recall dos modelos Corolla – produzidos entre dezembro de 2003 e março de 2007 – e Fielder – produzidos entre abril de 2004 e março de 2007– por problema no airbag do passageiro.

Ao todo, 112.997 unidades foram convocadas. Segundo nota da empresa, o problema pode provocar a dispersão de fragmentos de metal, o que implicaria no risco de danos materiais e lesões físicas aos ocupantes do veículo.

A segunda etapa começa 60 dias após o início da primeira e, nela, os proprietários serão novamente chamados para a substituição do deflagrador, com a reativação da bolsa do airbag do passageiro dianteiro e a remoção da etiqueta de alerta.

A empresa alerta para que os proprietários dos veículos envolvidos na campanha não utilizem o banco dianteiro do passageiro para o transporte de pessoas e aguardem o início da primeira etapa do recall.



## **Confira as especificações dos veículos atingidos:**

### **Corolla**

Data de fabricação: 15/12/2003 a 30/03/2007

Modelos: XEi e SEG

Chassis: código alfanumérico: 9BR53Z\* / últimos sete dígitos: 8542987-8555869

### **Fielder**

Data de fabricação: 06/04/2004 a 30/03/2007

Modelos: XEi e SEG

Chassis: código alfanumérico: 9BR72Z\* / últimos sete dígitos: 8604870-8608442

## **A crise da indústria se aprofunda e se generaliza**

19/05/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo

Das 14 regiões incluídas na pesquisa industrial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em março 9 apresentaram alta em relação a fevereiro e 5 registraram queda – a média nacional caiu 0,8%.

Mas, se os dados regionais sugerem uma pequena melhora em março, esta não se sustenta nas demais comparações: entre os primeiros trimestres de 2014 e de 2015, apenas quatro regiões mostraram resultados positivos – e nenhuma se inclui entre as de maior dinamismo econômico.

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) referiu-se a uma "situação gravíssima", que "não se restringe a um de seus segmentos ou a uma localidade do País". A crise é geral.

Em alguns Estados, o sobe e desce da indústria frustra as tentativas de planejamento de produção. É o caso do Amazonas, onde a produção subiu 12,2% entre os primeiros trimestres de 2013 e de 2014 e caiu 17,8% entre igual período de 2014 e de 2015.

Em Pernambuco, após a queda de 5,2% no último trimestre de 2014, houve alta de 2% no primeiro trimestre. Só em Mato Grosso e no Pará houve cinco trimestres favoráveis seguidos, o que se deveu mais ao agronegócio e ao setor extrativo.

Entre fevereiro e março, a produção cresceu do mínimo de 0,3%, em Santa Catarina, ao máximo de 22,1%, na Bahia (um ponto fora da curva, pois na comparação com março de 2014 houve queda de 3,1%).

Já entre as regiões que puxaram a queda mensal estiveram o Ceará, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e São Paulo. É o que mais preocupa, pois a crise se acentua nas áreas onde a indústria é mais forte.

Entre março de 2014 e março de 2015, a produção industrial paulista caiu 2,7%; a de Santa Catarina, 4%; a do Rio de Janeiro, 5,1%; e a de Minas Gerais, 9,7%. Em 12 meses, até março, na comparação com os 12 meses anteriores, houve queda no Rio (4,1%), em Santa Catarina (4,3%), em Minas (5,5%), em São Paulo (6,8%), no Rio Grande do Sul (7,1%) e no Paraná (8,4%).

As perspectivas se complicam: depois do recuo médio de 3,2% em 2014, a queda chegou a 4,7% no País nos últimos 12 meses, até março. Ou seja, a indústria perdeu participação no Produto Interno Bruto (PIB) no ano passado e poderá perder ainda mais neste ano, a se confirmar o quadro de enfraquecimento do emprego, da renda e da demanda. Um único ponto poderá ser menos desfavorável – o das exportações de manufaturados –, o que não basta para evitar novo declínio do setor.

## Anfavea defende "seguro emprego" e regulamentação da terceirização

19/05/2015 - Fonte: Automotive Business



Diante da crise da indústria automobilística, que já contabiliza o fechamento de 15 mil vagas no primeiro trimestre na comparação com o mesmo período do ano passado, ao mesmo tempo em que mantém um dos maiores estoques dos últimos anos, a Anfavea, associação das montadoras instaladas no País, busca junto ao governo a implantação de novas medidas trabalhistas no âmbito de proteção ao emprego com o objetivo de melhorar o nivelamento entre trabalho e produção de acordo com a demanda, explica o presidente da entidade, Luiz Moan, que abriu os trabalhos do III Fórum de RH na Indústria Automobilística, promovido por Automotive Business, na segunda-feira, 18, em São Paulo. Moan gravou entrevista exclusiva para o evento.

"Enquanto o layoff afasta o trabalhador em 100% do tempo, o Plano de Proteção ao Emprego faz adaptações da demanda: se uma crise aponta redução em 20% em uma das linhas de produção da fábrica, o afastamento será proporcional, também de 20%, reduzindo o tempo de trabalho e também, proporcionalmente, o salário, que será pago parte pela empresa e parte pelo governo, algo em torno de 50% e 40%, respectivamente", aponta Moan.

O plano, que já ganhou o apelido de "seguro emprego", em contrapartida ao seguro desemprego no Brasil, parte do modelo praticado primeiro na Alemanha e tem se difundido para outros países - cerca de 35 a 40 nações já utilizam planos semelhantes. Segundo Moan, o plano já apresentado ao governo sofreu adaptações de acordo com a cultura e sistema de trabalho brasileiro.

### **LEI DA TERCEIRIZAÇÃO**

Ao mesmo tempo, as montadoras também buscam outras medidas que garantam maior segurança jurídica, entre elas o apoio ao Projeto de Lei (PL) 4330, que trata da regulamentação da terceirização.

Para Moan, o maior benefício da medida é a segurança jurídica, enquanto dá as diretrizes legais sobre a relação e o modelo de trabalho para os diversos tipos de operação entre a empresa contratada e a contratante:

"Não é um projeto perfeito, ainda faltam ajustes; mas não acredito em grande onda de terceirização. Na regra geral, a tendência das montadoras é manter o nível e o número de empregos efetivos", declara.

Por sua vez, José Pastore, professor de relações do trabalho da FEA-USP, alerta para a necessidade de conhecimento mais profundo da nova lei, que passou pela Câmara dos Deputados e segue para votação no Senado.

"É uma ilusão afirmar que as empresas vão terceirizar tudo. Setores estratégicos e os mais importantes e confidenciais nunca serão terceirizados", disse.

Pastore acena que o projeto de lei carece de revisão de detalhes para que não haja margem para a anulação do projeto em si, redesenho este que deverá ser feito no Senado.

Ele afirma ainda que a desinformação faz com que a sociedade civil se equivoque ao deduzir que a terceirização vai precarizar o trabalho.

“Pelo contrário, é para ‘desprecarizar’ o que está precarizado, porque terceirização não é uma coisa nova, ela já existe e é uma realidade entre as empresas. A regulamentação assegura direitos aos trabalhadores terceirizados que nem a CLT prevê, os mesmos direitos que os dos empregados das contratantes.”

O professor também enfatiza que as empresas vão reavaliar e analisar profundamente a necessidade da terceirizar, uma vez que com a legislação, o serviço irá encarecer. “Não haverá onda de terceirização, só vai se terceirizar o que é necessário e onde isso se mostrar vantajoso”, indica.

## **NOVO PAPEL DO RH**

Já Roberta Yoshida, diretora de consultoria e gestão de capital humano da Deloitte, analisa que o papel do departamento de recursos humanos, diante de crises e novas realidades trabalhistas, é a de reestruturar as práticas buscando a inovação da gestão.

“É preciso ter coragem para evoluir a partir de uma revisão das práticas do departamento para fazer parte das discussões estratégicas da empresa. Nossa pesquisa anual aponta que 39% dos entrevistados, entre 3,3 mil líderes de RH de 106 países, incluindo o Brasil, enxergam como urgente a necessidade de requalificar a função do departamento, que não tem atendido de forma satisfatória a demanda.”

## **Autopeças têm poucas saídas para manter empregos**

19/05/2015 - Fonte: Automotive Business



Neste período em que a queda de demanda de veículos afeta o setor de autopeças, boa parte das empresas do segmento fica restrita a férias coletivas, banco de horas e PDVs como formas de manutenção de emprego e alternativas à demissão.

O problema veio à tona no painel “A Visão das Autopeças” no III Fórum de RH da Indústria Automobilística, realizado por Automotive Business na segunda-feira, 18, em São Paulo.

“Na TRW não há acordo para utilização de layoff”, afirma a diretora de recursos humanos da companhia, Ana Carolina Coutinho. “Não temos aliados no sentido de buscar outras medidas”, diz ela referindo-se à Intersindical Conlutas, que compreende os sindicatos das regiões de Campinas, Limeira, São José dos Campos e Rio Claro, no interior de São Paulo.

O diretor de RH da ZF para a América do Sul, Marcel Oliveira, lamenta o período: “Tenta-se diminuir (a demissão de trabalhadores) na medida do possível, mas as perspectivas não são boas.

E dá para contar nos dedos as empresas que aplicam layoff, ele é muito oneroso. E o PDV acaba levando da empresa muitas pessoas que não queríamos atingir”, lamenta.

Vice-presidente de RH da Continental, Marco Galluzzi afirma: “Em algum momento a indústria vai se recuperar e a previsão é de que no ano de 2020 haja um déficit de 8,5 milhões de pessoas qualificadas. É preciso cuidar daqueles que estão a bordo.”

## TERCEIRIZAÇÃO

Sobre a terceirização de trabalhadores, a diretora de RH da TRW afirma que espera poder contar com a regulamentação: “Nossa luta diária é para manter nossa competitividade”, afirma, referindo-se à necessidade de redução de custos.

Oliveira, da ZF, também se diz partidário de que ela ocorra. Galluzzi pondera: “Somos céticos sobre como a terceirização vem sendo tratada em Brasília e não se sabe quanto tempo vai demorar para ser adotada de fato.”

## 61% das empresas não estão prontas para o eSocial

19/05/2015 - Fonte: Automotive Business



Cerca de 61% das empresas não estão preparadas para digitalizar suas informações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, segundo Marcus Vinicius Gonçalves, do departamento de impostos, fusões e aquisições da consultoria KPMG, durante o III Fórum de RH na Indústria Automobilística, promovido por Automotive Business, na segunda-feira, 18, em São Paulo.

O **eSocial**, programa do governo criado em 2009 e que ainda está em caráter experimental, visa unificar em meios digitais a prestação de contas de empresas para a Receita Federal, Previdência e Ministério do Trabalho, seguindo exemplos como a declaração on-line do imposto de renda e da nota fiscal eletrônica.

Para Gonçalves, o fato de o governo já ter adiado mais de uma vez a publicação do cronograma oficial do programa indica que pode haver uma nova prorrogação de prazos. Por ora, o sistema opera em testes e é voluntário para empresas que já pretendem unificar seus dados trabalhistas ao novo sistema.

“Em curto e médio prazo o eSocial vai dificultar muito a vida do RH das empresas, por causa da burocracia e adaptação às normas e especificidades técnicas de TI e organização interna. Os dois primeiros anos vão ser difíceis”, analisa o executivo.

Apesar de o RH ser responsável por 80% do processo de preenchimento das informações do eSocial, ele não é o único responsável pela implementação, já que outras áreas estão diretamente envolvidas, como tecnologia da informação, jurídico, financeiro e medicina e segurança do trabalho. “O problema de implementação do eSocial não está no TI e sim no

processo. Se as informações trabalhistas não chegarem adequadas e com qualidade ao RH, haverá rupturas, já que a prestação de contas dura um período de 24h do sistema aberto”, explica Marcus Vinicius Gonçalves.

A princípio, as alterações devem ser reportadas no sistema imediatamente e as empresas terão de ajustar processos e cultura, a exemplo dos pedidos de férias, que deverão ser feitos com 30 dias de antecedência e sem divisão no período de gozo.

As companhias terão de atualizar seus sistemas eletrônicos de armazenar e obter informações como admissão e demissão de funcionários, recolhimento de impostos trabalhistas, afastamentos médicos e folha de pagamento, entre outras, para alimentar o sistema on-line do governo.

## **Nissan mantém turno único em Resende**

19/05/2015 - Fonte: Automotive Business



Apesar da capacidade para produzir 200 mil automóveis e motores por ano, a fábrica da Nissan de Resende (RJ) também viu a retração de mercado frear os planos da empresa: “Nosso plano era estar com o segundo turno em operação e 2,6 mil trabalhadores.

O terceiro começaria em 2016, mas tivemos de nos manter apenas com o primeiro e um quadro de pouco menos de 1,9 mil”, afirmou a diretora de RH da montadora, Vera Gobetti, durante o III Fórum de RH da indústria Automobilística, realizado na segunda-feira, 18, por Automotive Business em São Paulo.

A executiva diz que os trabalhadores da Nissan do Brasil são bastante jovens. Exatos 50% têm entre 26 e 35 anos. “Eles visam à carreira, é difícil retê-los quando não há essa perspectiva”, diz.

Ela recorda a experiência negativa de um layoff ocorrido em Resende em 2014. “Tivemos de trocar 40% dos funcionários que entraram em layoff porque eles não voltavam”, revela. Entre as práticas adotadas na seleção de pessoal, há uma regra de sempre haver mulheres entre os candidatos. Hoje elas são 25% na sede e 15% na fábrica.

“E também mapeamos as posições da fábrica que são mais adequadas a elas”, recorda Vera, baseando-se no princípio de que incentivar a diversidade é uma forma de valorizar a marca e captar novos talentos.

## **Rolls-Royce vai demitir 600 em seu negócio naval**

19/05/2015 - Fonte: Automotive Business

A fabricante britânica de motores Rolls-Royce aprofundou seus planos de reestruturação ao anunciar meta de reduzir em 10% a força de trabalho em seu negócio naval, em dificuldades em meio a uma queda sustentada no mercado de petróleo e gás.

A companhia com sede em Londres informou que vai eliminar 600 empregos em seu negócio naval até o fim do ano, à medida que a empresa reduz custos em resposta a condições de mercado mais difíceis.

Os cortes serão em todo o mundo, mas metade ocorrerá na Noruega, disse a Rolls-Royce nesta segunda-feira.

No ano passado, a companhia divulgou 2.600 cortes de empregos nas suas atividades aeroespaciais para elevar a lucratividade.

Os cortes nas atividades navais vêm após a Rolls-Royce sofrer no ano passado repetidos alertas com relação a seus lucros, em parte devido à desaceleração da demanda de companhias de petróleo e gás, que estão reduzindo planos de gastos em meio à queda nos preços do petróleo.

## **Brasil e China assinarão acordos de investimento de US\$ 53 bilhões**

19/05/2015 - Fonte: Conexão Marítima



Os governos do Brasil e da China assinarão na próxima terça-feira (19), durante a visita oficial do primeiro-ministro chinês, Li Keqiang, acordos de investimento no valor de US\$ 53,3 bilhões nas áreas de agronegócio, autopeças, equipamentos de transportes, energia, ferrovias, rodovias, aeroportos, portos, armazenamento e serviços.

O subsecretário-geral Político do Ministério das Relações Exteriores, embaixador José Alfredo Graça Lima, disse que o valor engloba alguns projetos já em curso e, a maioria, em fase de planejamento.

“Dessa cifra de US\$ 53,3 bilhões, uma cifra muito próxima de US\$ 50 bilhões se refere a projetos novos”, disse Graça Lima. Ao todo, estão previstos quatro acordos governamentais, quatro empresariais, três declarações conjuntas e mais de 25 atos, alguns deles ainda em processo de finalização.

Entre os anúncios mais esperados para a visita, estão a abertura do mercado da China à carne bovina do Brasil e a concretização da operação de venda e entrega do primeiro lote de aeronaves da empresa aeroespacial brasileira Embraer, de um total de 40, à chinesa Tianjin Airlines, ambos compromissos feitos durante a visita de Estado do presidente Xi Jinping a Brasília, em julho de 2014.

## **Monitoramento de cargas deve ser tributado pelo ISS**

19/05/2015 - Fonte: Conexão Marítima

O Tribunal de Impostos e Taxas (TIT) do Estado de São Paulo julgou que a atividade de monitoramento e rastreamento de cargas e veículos não está sujeita ao ICMS, mas ao Imposto sobre Serviços (ISS). Com a decisão, liberou a empresa PST Eletrônica de uma

autuação da Fazenda paulista, que cobrava o imposto estadual por entender que tratava-se de um serviço de comunicação.

A relatora do processo na 1ª Câmara, juíza Eliane Ristow, acompanhou a interpretação do auto de infração e ficou vencida na discussão. Os demais integrantes acompanharam o voto da juíza Maria do Rosário Esteves.

Ela entendeu que os equipamentos de comunicação estavam sendo empregados como atividade-meio, apenas para viabilizar o negócio.

"Existe realmente uma comunicação, os equipamentos estão ali, mas nós entendemos a prestação do serviço como de segurança e vigilância. Ou seja, o imposto a ser recolhido é o ISS, que a empresa já havia pago, e não o ICMS", afirma a juíza Maria do Rosário.

A decisão teve como base a Lei Complementar nº 116, de 2003, que dispõe sobre o ISS e aponta "vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas" no item 11.02 da lista de serviços anexos à lei.

Ao proferir o voto, Maria do Rosário citou ainda uma decisão anterior da 12ª Câmara do TIT, que em 2010 havia isentado uma empresa de tecnologia de informação veicular do pagamento de ICMS.

**"Eu mesmo não sei o que é atividade fim e atividade meio", diz ministro do Trabalho"**

19/05/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo



O ministro do Trabalho, Manoel Dias, defendeu uma discussão séria e profunda sobre o projeto de lei que regulamenta a terceirização do trabalho, agora em tramitação no Senado Federal. Dias argumentou que há uma série de conceitos que ainda seguem indefinidos. Referiu-se, especialmente, à polêmica sobre a definição de atividade fim e de atividade meio.

"Eu mesmo não sei perfeitamente o que é atividade fim e o que é atividade meio", afirmou. A possibilidade de terceirizar qualquer atividade é combatida por sindicalistas, políticos e outras organizações.

Sobre a mudança no seguro-desemprego proposta pela presidente Dilma Rousseff em Medida Provisória e parcialmente aprovada no Congresso, Dias argumentou que o maior prazo para o trabalhador ter acesso ao seguro é benéfico para o empregado e para o empregador. "Vai ser uma forma de fidelizar mais o trabalhador. Antes, quando ele estava aprendendo a operar uma máquina, ele saía", afirmou o ministro.

Dias falou para uma plateia de pouco mais de 220 empresários e executivos em almoço promovido em São Paulo pela empresa Lide Grupo de Líderes Empresariais.

**Crise é política.** O ministro do Trabalho afirmou que o Brasil convive, atualmente, com um discurso muito negativista. Mas, na avaliação de Dias, o País vive mais uma crise política do que uma crise econômica.

O ministro afirma que é importante lembrar que o Brasil evoluiu muito e bem nos últimos 12 anos.

Argumentou que o salário mínimo é o mais alto da história, que o índice de desemprego chegou ao menor patamar já visto no Brasil e que, proporcionalmente, o País teve a maior inclusão social do mundo através do trabalho nesse período.

Dias também afirmou que o Ministério do Trabalho e Emprego continuará com os investimentos, que voltarão a ser anunciados a partir de junho.

Nesse contexto, citou reuniões que teve com empregadores de diferentes setores, inclusive o automotivo.

### **Emprego industrial cai 0,6% em março, diz IBGE**

19/05/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo



O emprego na indústria recuou 0,6% na passagem de fevereiro para março, na série livre de influências sazonais, informou nesta terça-feira, 19, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com o resultado, o emprego industrial acumula recuo de 3,9% em 12 meses. Já na comparação com março de 2014, o emprego industrial apontou queda de 5,1% em março deste ano, o recuo mais intenso desde outubro de 2009 (-5,4%) nesta base de comparação.

Além disso, trata-se do 42º resultado negativo consecutivo nesse tipo de confronto.

Segundo o órgão, na comparação interanual foram registradas reduções no contingente de trabalhadores em todos os 18 ramos avaliados no período, com destaque para meios de transporte (-10,0%), máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (-12,1%), produtos de metal (-10,2%), máquinas e equipamentos (-6,1%), alimentos e bebidas (-2,0%) e outros produtos da indústria de transformação (-8,1%).

No acumulado do primeiro trimestre, o emprego na indústria recuou 0,7% na comparação com os últimos três meses do ano passado e cedeu 4,6% em relação ao primeiro trimestre de 2014.



## **IGP-M desacelera alta a 0,41% na 2ª prévia de maio**

19/05/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo



O Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) teve alta de 0,41 por cento na segunda prévia de maio após avançar 1,16 por cento no mesmo período de abril, com queda dos preços dos produtos agropecuários no atacado.

A Fundação Getulio Vargas (FGV) informou nesta terça-feira que o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que mede a variação dos preços no atacado e responde por 60 por cento do índice geral, avançou 0,39 por cento na segunda prévia de maio, depois de subir 1,41 por cento no mesmo período de abril.

No IPA, os Produtos Agropecuários recuaram 1,34 por cento no período, após alta de 1,53 por cento na segunda prévia de abril.

Entre as principais influências negativas do IPA, a soja em grão teve queda de 3,69 por cento nos preços na segunda prévia de maio, após alta de 3,63 por cento no mesmo período de abril.

Por sua vez, o Índice de Preços ao Consumidor, com peso de 30 por cento no IGP-M, teve alta de 0,52 por cento no período, ante avanço de 0,67 por cento na segunda prévia de abril.

Já o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) subiu 0,30 por cento na segunda prévia de maio, após avançar 0,72 por cento em abril.

O INCC responde pelos demais 10 por cento do IGP-M, índice que é utilizado como referência para a correção de valores de contratos, como os de energia elétrica e aluguel de imóveis.

## **Líderes governistas estabelecem estratégia sobre MP 664**

19/05/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo

Os líderes da base governista no Congresso vão se reunir com o vice-presidente da República, Michel Temer, na próxima quinta-feira (21) para discutir detalhes sobre a votação das medidas provisórias que tratam do ajuste fiscal, em especial a MP 664.

Segundo o líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), a reunião irá definir, entre outras coisas, qual será a abordagem sobre a emenda incluída pela Câmara no texto e que estabelece uma nova fórmula de cálculo para o fator previdenciário.

“Isso vai ser parte da estratégia que nós vamos discutir na quinta-feira”, disse hoje o líder petista.



A votação da MP preocupa em razão do prazo apertado. Ela perderá a validade por decurso de prazo se não for aprovada em definitivo pelo Congresso até o dia 1º de junho. Com a leitura prevista em plenário para amanhã e a reunião na próxima quinta, o mais provável é que a MP seja votada na terça-feira da próxima semana (26).

Se os senadores modificarem o texto aprovado pelos deputados e rejeitarem a emenda deles sobre o fator previdenciário, o texto voltará para última análise da Câmara e corre o risco de não ser votado até o dia 1º.

Assim, o mais provável é que o governo aposte no veto da presidente Dilma Rousseff ao artigo que trata desse assunto e envie novo projeto ao Congresso para propor outra fórmula de cálculo.

A presidente pode ainda manter a proposta aprovada pelo Congresso e negociar um prazo para que a vigência do novo cálculo seja apenas no próximo ano, de modo a não influenciar negativamente o ajuste fiscal do governo em 2015.

Em reunião com a presidente Dilma Rousseff, nesta segunda-feira (18), o líder do governo no Congresso disse que já começou a tratar da questão do fator previdenciário.

“Conversamos sobre fator previdenciário. A preocupação é com os efeitos futuros sobre a previdência pública brasileira. O fator previdenciário, se a gente analisar sob o aspecto imediato, [não vai gerar] impacto tão forte.

Mas, para um país que está envelhecendo muito, e a previsão é que nós devemos ter - por volta de 2050 - 30% da população acima dos 60 anos de idade, então precisa ter uma preocupação grande”, disse.

Nesta semana os senadores deverão ainda votar a MP 665, que também faz parte do ajuste fiscal. Tanto a 664, quando a 665, modificam as regras para que os trabalhadores tenham acesso a benefícios como seguro-desemprego, seguro defeso, abono salarial e pensão por morte.

As centrais sindicais são contra as duas propostas e prometem comparecer ao Senado durante as votações para pressionar os senadores a serem contrários a elas.

### **Usiminas reduzirá produção de ferro para se adequar à demanda do mercado**

19/05/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo

A diretoria da Usiminas, em reunião realizada nesta segunda-feira, decidiu desligar temporariamente os Altos Fornos nº 1 da Usina de Cubatão e nº 1 da Usina de Ipatinga, a partir de 31 de maio e 04 de junho de 2015, respectivamente.

Segundo o fato relevante, com a medida, a produção de ferro gusa da companhia será reduzida em aproximadamente 120 mil toneladas por mês. "Tal ajuste visa a adequar a produção ao atual ritmo de demanda do mercado siderúrgico, trazendo oportunidades de

redução de custo e melhoria da competitividade da Usiminas no atual cenário de mercado", diz a empresa, no comunicado.

## **Prejuízo.**

A siderúrgica vem amargando prejuízo no primeiro trimestre do ano. No balanço referente ao período, divulgado em abril, constou que a, em função da queda nas vendas e na produção, que pioraram os resultados da empresa, após lucro nos primeiros três meses do ano passado.

## **Alta de estoques na China leva minério de ferro a US\$ 59**

19/05/2015 - Fonte: Valor Econômico

O minério de ferro, considerando a commodity com teor de 62% negociada no porto chinês de Tianjin, voltou a níveis abaixo dos US\$ 60 a tonelada. A queda impactou o setor ao redor do mundo e reflete a fragilidade que analistas já vinham apontando do recente rali dos preços. Ontem, a matéria-prima terminou em US\$ 59 a tonelada, queda de 3,3%. Em 2015, o recuo acumulado alcança 17,1%.

Como resultado, as ações da Vale figuraram dentre as maiores baixas do Ibovespa. Os papéis ordinários perderam 4,89%, para R\$ 20,24, enquanto os preferenciais de classe A caíram 4,55%, para R\$ 16,98. Em Londres, a BHP Billiton viu seus ativos recuarem 4,57% e os da Anglo American caíram 1,24%. As ações da Rio Tinto registraram desvalorização de 0,19%.

Os investidores seguem buscando sinais mais claros de que a perda de ritmo da economia chinesa não será tão aguda quanto a atual, em meio a estímulos que ainda vão demorar a fazer efeito no país.

No fim da semana passada, Li Keqiang, primeiro-ministro da China, admitiu que as medidas precisam ser mais efetivas. O premiê teria demonstrado confiança no crescimento, mas ao mesmo tempo afirmou que a atividade no país segue com vários fatores de pressão.

Com a queda de ontem, o movimento de semanas de alta perde fôlego, em um momento no qual aparentemente as siderúrgicas chinesas encerraram o processo de recomposição de estoques. A demanda pelo minério mais tímida por conta do crescimento menor se alia ao excesso de oferta pelas maiores produtoras e pressiona a cotação da commodity.

Analistas apostam que continuar elevando a capacidade, enquanto economizam o máximo em gastos, é uma das principais saídas das mineradoras para enfrentar o cenário.

Inundar o mercado internacional com o produto também seria uma saída para forçar as produtoras de maior custo a fecharem operações. Mas a oferta excedente das mais custosas segue firme. Em boa parte do território chinês, o governo subsidia a atividade das companhias e ajuda a saturar mais o setor.

O cenário deteriorado para o minério de ferro já fez agências de classificação de risco alertarem para a geração de caixa espremida das mineradoras.

A Standard & Poors, por exemplo, cortou a nota de crédito da Vale para "BBB" e reduziu a perspectiva sobre o rating da BHP Billiton para negativa. Mesmo assim, relatório divulgado ontem mantém as perspectivas para a Samarco Mineração, controlada brasileira de ambas.

A Samarco é especializada na comercialização de pelotas e concentrados, de maior qualidade, que são comprados por maiores preços do que a commodity normalmente.

A agência lembra que o mercado de pelotas não se encontra saturado como o do minério fino, o que ajuda nesse movimento. Sustenta também a opinião sobre a empresa o fato de suas operações de baixo custo seguirem mantendo as margens.

Outra commodity que encarou forte alta nos últimos dias teve projeções cortadas ontem. O Goldman Sachs reduziu seus cálculos para o barril do Brent em 2016 e 2017, para US\$ 62 e US\$ 65 respectivamente, e para US\$ 57 e US\$ 60, nesta ordem, no caso do WTI.

Relatório publicado ontem mostra que não há sinais de que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) vá reduzir capacidade, enquanto a exploração do xisto segue com oportunidades de crescimento por conta da redução dos custos. Além disso, os analistas do banco apostam em atividade em alta principalmente no Brasil, na Argentina, no Canadá e na Rússia.

O barril do Brent caiu 0,72% ontem, para US\$ 66,27, e o WTI recuou 0,4%, para US\$ 59,43. No ano, a valorização é próxima de 7%.

## **Inércia na indústria mineradora no Brasil**

19/05/2015 - Fonte: Maxpressnet

Desde a última década, a indústria da mineração brasileira vinha seguindo em constante expansão, acompanhando a tendência do boom mineral da economia mundial. Para se ter uma ideia, em 2006, a exportação dos produtos minerais – excetuando o petróleo e o gás – contribuiu com cerca de 25%, ou seja, um quarto do superávit da balança comercial brasileira.

Um dos fatores do crescimento desta indústria e que beneficiou a explosão dos preços de commodities foi a maior demanda pelo produto ocasionada, principalmente, pela retomada do crescimento internacional de países como os EUA, Índia e China.

De lá para cá, o panorama do setor tem mudado radicalmente e a indústria brasileira tem visto encolher sua fatia no bolo da mineração global, afastando-se dos picos de produção registrados no passado recente.

Com isso, o Brasil vem perdendo participação para seus concorrentes até em produtos tradicionais, como o minério de ferro, de acordo com um levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) que traçou um panorama histórico do setor e mostrou como tem ocorrido essa redução. De acordo com o estudo, mesmo no minério de ferro, que gerou US\$ 31 bilhões em exportações no ano passado, o pico de produção já ficou para trás.

São inúmeros os fatores que estão comprometendo o potencial brasileiro do setor, que conta com capacitação de mão de obra, tradição e recursos minerais fartos. Um deles diz respeito à aprovação do novo Código de Mineração, substituindo as regras estabelecidas pelo decreto lei 227, publicado em 1967, durante o Regime Militar. Mesmo antes de ser criado, o novo marco do setor mineral já gerava polêmica e até hoje não tem consenso da maioria.

Entre outros pontos, o texto do Executivo transforma o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em agência regulatória do setor e dobra os royalties pagos a estados e municípios mineradores por meio da Compensação Financeira sobre Exploração Mineral (CFEM). Ainda não há previsão para o código sair do papel.

Enquanto se discute o rumo da nova legislação, o setor de mineração no Brasil vive um momento de insegurança. O que vemos é que os investidores estão cautelosos com relação à indefinição da lei.

Ninguém entra no jogo onde a regra pode mudar a qualquer momento. A falta de clareza gera imprevisibilidade nos negócios, aumenta a dificuldade de se estimar a arrecadação com os royalties e de planejar gastos.

Como consequência, menos investimentos externos e internos das empresas, retração do potencial que o país tem em recursos naturais, o que afeta também a cadeia de suprimento.

Logo, proprietários do direito minerário estão em compasso de espera. Questões como dificuldades com licenciamento ambiental, limitações de logística, suspensão de outorgas estão agravando ainda mais a situação.

Paralelo a isso, o nível de crescimento industrial global está desaquecido. A expectativa de desenvolvimento da China, principal compradora de minério de ferro brasileiro e segunda maior economia do mundo, está menor do que esperado.

O consumo estagnado do país asiático e a criação de um grande estoque também impactaram a demanda pelo produto.

A perda de vigor marcou o fim do chamado superciclo das commodities, que beneficiou a economia brasileira até 2008.

E quando a economia chinesa não cresce como o esperado, sentimos aqui o reflexo na indústria. Essa perspectiva não tão otimista já começou a afetar negativamente indicadores brasileiros como volume de exportações e preço dos insumos.

A desaceleração da China pressionou o preço do minério (cotado a 187 dólares a tonelada, em fevereiro de 2011, e que chegou a 62 dólares, este ano) e, isso consequentemente, reduziu a lucratividade de grandes mineradoras.

Ações de empresas como a brasileira Vale e as australianas BHP Billiton e Rio Tinto, na Bolsa de Nova Iorque, tiveram a maior desvalorização do dólar entre as grandes companhias do setor, todas pressionadas pela baixa nos preços das commodities.

No último trimestre de 2014, a Vale teve prejuízo de quase 5 bilhões de reais. Apesar desse contexto, essas empresas tiveram que aumentar, no último ano, a produção, seguindo o cronograma de um plano de investimentos acordado em 2011/2012, quando o preço estava num outro patamar e o cenário macroeconômico era bem diferente dos dias de hoje.

Como grandes companhias globais do setor, acredita-se que elas sobrevivam a essa reviravolta na indústria, o que fatalmente pode não acontecer com as menores. Diante disso, poderemos ter um ajuste na oferta do produto.

Acreditamos que estamos vivendo um momento singular na indústria brasileira da mineração e perdendo a capacidade de planejamento no longo prazo. Sem alvarás de pesquisa, não podemos alocar investimentos em novas frentes de exploração.

Esses problemas diminuem o entusiasmo pelo país, que está se transformando em um lugar complicado para se fazer investimento.

De certo, sabemos apenas que os reflexos dessa inércia serão sentidos daqui a cinco, dez anos.

## **Desmembrada da BHP, south32 tem estreia cautelosa e é avaliada em US\$9 bi**

19/05/2015 - Fonte: O Globo

A companhia desmembrada da BHP Billiton, a South32, começou a ser negociada com um valor de mercado de quase 9 bilhões de dólares nesta segunda-feira, um terço abaixo do teto das projeções e colocando em evidência os nervos de investidores acerca da perspectiva para o combalido setor de mineração.

A resposta cautelosa à maior listagem de mineração desde a Glencore em 2011 sugere que a firma recém-independente precisará fazer mais para convencer o mercado de que pode desenvolver os ativos que há muito têm sido negligenciados pela BHP.

"Os investidores sentem que podem ser pacientes enquanto esperam para aprender um pouco mais sobre a estratégia, os ativos e o potencial de crescimento", disse o analista da CLSA Andrew Driscoll antes da estreia.

A maior listagem na Austrália desde 1998 engloba os antigos ativos da BHP Billiton de alumina, alumínio, manganês, níquel, prata e alguns ativos de carvão.

Alguns analistas haviam avaliado a South32 em quase 13 bilhões de dólares, mas a maioria esperava que as negociações ficassem em torno de 10 bilhões de dólares.

## **Montadoras programam paradas de junho**

19/05/2015 - Fonte: Valor Econômico

Na falta de sinais de reação do mercado, as montadoras começaram a programar novas paradas de produção para o mês que vem. Ontem, a Mercedes-Benz anunciou que, "para enfrentar o desfavorável cenário econômico", vai dar, a partir de 1º de junho, 15 dias de férias coletivas aos operários de seu parque industrial no ABC paulista, mesma região onde a Scania também planeja suspender as atividades durante toda a semana do feriado de Corpus Christi.

A derrocada da indústria automobilística tem sido observada em todos segmentos, mas é no setor de veículos comerciais pesados que a crise mostra seus maiores estragos.

Enquanto a produção de carros de passeio e utilitários leves caiu 15,8% no primeiro quadrimestre, a queda da atividade nas fábricas de caminhões foi ainda maior, de 45,2% em igual período. Já nas fábricas de ônibus, o número de veículos montados recuou 26,6% entre janeiro e abril.

No caso da Scania, as paradas de junho seguem um acordo trabalhista que permite à montadora interromper o funcionamento de sua fábrica em São Bernardo do Campo por até 30 dias ao longo de um ano. Dentro desse acordo, a empresa também parou ontem e tem outro dia de folga nesta terça-feira.

Já na Mercedes, as novas férias coletivas - que vão paralisar toda a produção da fábrica paulista durante a primeira quinzena do mês que vem - foram marcadas após os resultados frustrantes de um programa de demissões voluntárias (PDV) encerrado na sexta-feira. Sem dar números, a Mercedes diz que o PDV terminou com baixa adesão, apesar do incentivo de R\$ 55 mil a quem o aderisse.

Com isso, a empresa e o sindicato dos metalúrgicos do ABC terão que negociar novamente a situação de 500 trabalhadores cujas demissões foram suspensas no mês passado, à espera do resultado desse PDV. A companhia informou ontem que ainda precisa "encerrar" os contratos desses trabalhadores até o fim do mês.

A exemplo da Mercedes, todas as grandes montadoras instaladas no país estão tentando adequar o ritmo das linhas de montagem ao tombo das vendas, embora tal esforço tenha, até agora, se mostrado insuficiente para impedir o avanço dos estoques.

Em sua linha de montagem de caminhões pesados, a Iveco vem trabalhando desde o mês passado com jornadas semanais de apenas três dias de produção. Na segunda-feira da semana passada, a Ford iniciou férias coletivas que vão até sexta-feira na fábrica de São Bernardo, onde, além de caminhões, monta carros do modelo Fiesta.

Em Curitiba (PR), a Volvo não produz caminhão ou ônibus desde o dia 8, dada a greve deflagrada pela possibilidade de a empresa demitir até 600 empregados após o fechamento do segundo turno.

Por sua vez, a MAN, montadora dos caminhões da marca Volkswagen, tem lançado mão de um acordo trabalhista celebrado em dezembro que lhe permite dar, sem remuneração, dois dias de folga a cada quatro semanas trabalhadas.

Ontem, a General Motors (GM) acertou com os operários de Gravataí, no Rio Grande do Sul, a retomada do sistema de banco de horas, dando flexibilidade para a montadora realizar paradas diárias de produção na fábrica gaúcha até o fim deste ano.

A saída foi negociada com o sindicato dos metalúrgicos da região como alternativa ao fechamento do terceiro turno da linha de montagem, que permanecerá ativo na unidade.

Entre férias coletivas, de dez dias, e o feriado de Corpus Christi, a Ford também vai parar a produção do Ka e do EcoSport em Camaçari (BA) nas próximas duas semanas. Já a fábrica da Fiat em Betim (MG) tem desde a semana passada 2 mil trabalhadores em férias de 20 dias.

## **Usiminas desliga temporariamente alto fornos em Cubatão e Ipatinga**

19/05/2015 - Fonte: Valor Econômico

A Usiminas informou ao mercado nesta segunda-feira que decidiu desligar temporariamente altos fornos nº 1 da usina de Cubatão e de Ipatinga, reduzindo sua produção de ferro gusa em cerca de 120 mil toneladas ao mês. Em Cubatão, o equipamento será desligado em 31 de maio e em Ipatinga, a partir de 4 de junho.

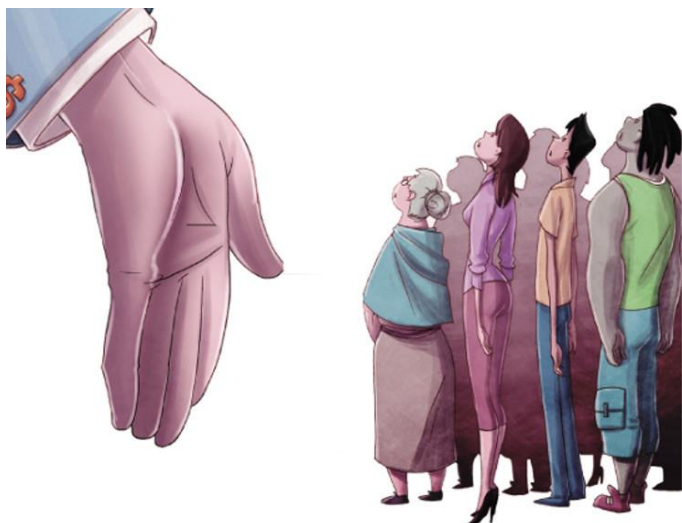
"Tal ajuste visa a adequar a produção ao atual ritmo de demanda do mercado siderúrgico, trazendo oportunidades de redução de custo e melhoria da competitividade da Usiminas no atual cenário de mercado", disse a Usiminas, em fato relevante.

A companhia vendeu 1,256 milhão de toneladas de aço no primeiro trimestre, queda de 12,6 por cento ante mesmo período de 2014. Na mesma comparação, a produção de aço bruto caiu 16,5 por cento, a 1,379 milhão de toneladas. No trimestre, a empresa teve prejuízo líquido de 235 milhões de reais.

"Diante dos estoques elevados e dos indicadores de confiança em patamares mínimos, não há sinais de uma recuperação iminente", disse a Usiminas em seu relatório de resultados, citando o moderado crescimento da economia mundial e o fraco desempenho da atividade econômica brasileira.

## **Estudo mostra que inadimplência de empresas subiu 7,46% em um ano**

19/05/2015 - Fonte: Valor Econômico



O número de empresários com dificuldade de fechar as contas voltou a crescer em abril. Segundo estudo realizado pelo Serviço de Proteção ao Consumidor (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), o número de empresas inadimplentes aumentou 7,46% no mês passado, em comparação a abril de 2014.

A quantidade de dívidas subiu 7,01%. Foi a terceira vez consecutiva em que o indicador mostrou aceleração, refletindo o cenário de atividade econômica fraca, juros altos e endividamento elevado. Em janeiro, a variação anual havia sido de 5,89%.

No entender da economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti, a inadimplência das empresas tende a piorar. "Os números são tão desanimadores quanto os referentes às pessoas físicas.

O endividamento do consumidor está acelerando em um ritmo maior que o das empresas, ou seja, as dívidas de pessoas jurídicas devem subir ainda mais, porque esses indicadores andam juntos", disse ela. Segundo Kawauti, o aumento dos calotes é efeito de dois fatores: a menor disponibilidade de crédito e as condições ruins da economia nos últimos meses.

E os empréstimos devem ficar ainda mais restritos, ao longo do ano, para consumidores e empresários. Como empresas do comércio não podem deixar de tomar capital de giro, elas devem procurar melhores condições de financiamento e pesquisar taxas de juros menores, recomendou a economista-chefe do SPC.

"Quem concede recursos está mais seletivo, impondo condições mais apertadas, exigindo maior comprovação de renda e entrada mais elevada, e dando preferência a clientes conhecidos. O tomador também está mais cuidadoso. Corretamente, pois não é um período para se adquirir dívidas longas."

Do total de empresas inadimplentes, as do comércio são responsáveis por quase metade dos calotes (49,48%). Entretanto, o setor de serviços foi o que mais contribuiu para a alta do indicador na comparação anual — em relação a abril de 2014, houve aumento de 11,83%. A quantidade de devedores com pendências de até 90 dias de atraso cresceu 9,51%, a maior elevação para meses de abril desde 2010.